

- Pinto, Manuel. 1994. «Requisitos para a Viagem». *Noesis* (Março), 16-18.
- Rubin, Joan Shelley. 1992. «TV Without Guilt», *The New York Times Book Review*, 12 Julho, 20.

Jean Remy e Liliane Voyé,
A cidade: rumo a uma nova definição? Porto, Edições Afrontamento, 1994. Tradução de José Domingues de Almeida.

Jean Remy e Liliane Voyé, co-autores de uma vasta obra no campo da sociologia rural e urbana, publicaram em 1992, nas edições L'Harmattan, o livro agora editado em português pelas Edições Afrontamento.

«A cidade: rumo a uma nova definição?», sendo a primeira das obras dos autores a ser traduzida em português, retoma as problemáticas por eles discutidas em trabalhos anteriores. A compreensão do estatuto do espaço e a importância do espaço na explicação da vida social continuam a ser o objecto central deste trabalho, como já tinham sido em «La ville et l'urbanisation», de 1974, e «Ville, ordre et violence», de 1981.

Nesta obra a tónica é colocada na perspectiva da lógica de apropriação do espaço, visando os autores a compreensão dos modos de agrupamento das populações e das actividades. Retomando a discussão de «La ville et l'urbanisation», a lógica social que preside às diferentes modalidades de apropriação do espaço é problematizada em três situações opostas: a situação não urbanizada, a situação transitória, correspondendo ao período inicial da industrialização, e a situação urbanizada.

A oposição entre estas três situações é extremada através do recurso ao método do ideal-tipo, servindo esta construção de situações simplificadas e contrastadas para fazer sobressair a urbanização como o pro-

cesso que determina diferentes lógicas sociais de apropriação do espaço. Nesta óptica, a urbanização é definida como sendo o processo através do qual a mobilidade espacial vem estruturar a vida quotidiana, não só porque essa mobilidade é tecnicamente possível, mas também porque é socialmente valorizada.

«A cidade: rumo a uma nova definição?», ao equacionar em que medida a apropriação do espaço é um factor indutor e induzido da transformação social, apresenta-se como uma obra de alcance estrutural que procura caracterizar a espacialização das dinâmicas sócio-económicas presentes. É por isso que a articulação entre as modalidades de apropriação do espaço e as estruturas sociais é a moldura de fundo desta obra.

Esta abordagem da relação entre materialidade do espaço e efeitos sociais é construída contra as interpretações funcionalistas, economicistas e culturalistas que tomam a cidade como objecto de estudo. Significa isto que a validade da confrontação, correntemente estabelecida, entre cidade e campo é limitada, uma vez que as características da materialidade de um dado espaço não impõem necessária e automaticamente determinados modos de vida. Para reforçarem este argumento, os autores sublinham que o modo como as relações sociais são estruturadas é fortemente induzido pela morfologia do habitat em situações não urbanizadas — independentemente de se tratar do campo ou da cidade — enquanto em situações urbanizadas as ligações entre a materialidade do espaço e a vida social são muito mais flexíveis.

De maneira a justificarem que a oposição urbano / não urbano é mais pertinente que a oposição cidade / campo no estudo dos modos de relacionamento da sociedade com o espaço, Jean Remy e Liliane Voyé, retomando a discussão promovida em «Produire ou Reproduire? Une sociologie de la vie quotidienne» (co-autoria de Jean Remy, Liliane Voyé e Émile Ser-

210

vais, editado em dois volumes pela *Vie Ouvrière*, Bruxelas, em 1978 e 1980 respectivamente) procuram avaliar o impacto do espaço a três níveis distintos em que se fundam e moldam as relações sociais: i) ao nível do sistema social, onde são consideradas as interdependências que se estabelecem em função das actividades colectivas e que remetem para questões como a definição de prioridades, o estabelecimento de relações de poder e a sujeição ao controlo social; ii) o sistema cultural, que diz respeito à difusão dos códigos de conduta socialmente valorizados; iii) e, por fim, o sistema da personalidade, que se reporta ao espaço em que o indivíduo manifesta a sua subjectividade, elaborando os seus projectos com maior ou menor autonomia relativamente às condições objectivas impostas pelos dois sistemas anteriores.

Cada um destes níveis supõe lógicas sociais que divergem em virtude das características dos espaços em que se desenrolam. A mobilidade espacial, enquanto elemento mais significativo do processo de urbanização, assume uma posição de relevo nesta obra, já que é por seu intermédio que as diferenças entre formas espaciais e os seus efeitos sociais se acentuam. E isto ocorre, não só porque há condições técnicas que favorecem a mobilidade, mas sobretudo porque ela passa a ser progressivamente valorizada, ficando esta valorização a dever-se ao facto de a mobilidade ser um forte instrumento de individuação. Neste contexto, na sua definição de ideal-tipo, são maiores as semelhanças entre campo e cidade não urbanizados que entre campo não urbanizado e campo urbanizado. Assim, o argumento dos autores funda-se na convicção de que a mobilidade — entendida na sua dupla vertente (técnica e social) — não só põe em causa a oposição campo / cidade como dilui a associação correntemente corroborada entre cidade e urbano e entre campo e não urbano.

O que esta concepção de urbanização tem de novo é o facto de romper em abso-

luto com as concepções que definem campo e cidade a partir das dimensões descritivas e funcionais que tradicionalmente são evocadas por esses dois conceitos. As razões pelas quais os autores rejeitam, desde logo, essas concepções, ficam a dever-se ao facto de, presentemente, a extensão das cidades ser incomensurável, de assistirmos a uma disseminação espacial das funções eminentemente citadinas e de estarmos em presença de formas de apropriação dos espaços em que a função residencial é dominante e que revelam a imposição de dinâmicas socioculturais que desvalorizam as relações interpessoais, ao mesmo tempo que evidenciam o carácter ambivalente da mobilidade espacial, que se apresenta como um recurso para determinados grupos sociais e como uma imposição para outros.

A análise, através do recurso ao método de ideal-tipo, das três situações em que ocorrem as várias modalidades de apropriação do espaço, incidindo sobre as lógicas sociais que se situam ao nível de cada um dos três sistemas focados, procura, assim, definir os contornos das relações que se estabelecem entre os diferentes sistemas e avaliar as incidências que a mobilidade espacial, fomentada pelo processo de urbanização, teve nas influências que uns sistemas exercem sobre os outros. Neste sentido, a nova definição de cidade, que os autores anunciam de forma interrogativa, não aponta necessariamente para dinâmicas sociais anómicas, mas mais para o surgimento de um modo de territorialidade (isto é, a maneira como o contexto espacial se relaciona com a vida social) que pode ser a base de actuação de um indivíduo crítico que cultiva a sua subjectividade utilizando a mobilidade como recurso e reagindo contra determinadas imposições objectivas definidas pelos sistemas social e cultural. A nova definição de cidade faz da mobilidade espacial a condição que determina as possibilidades de inclusão e de exclusão na vida urbana, sendo que a apropriação do espaço

baseada na mobilidade (quando esta é uma escolha), ao permitir uma maior autonomia e subjectividade ao indivíduo, responde a uma lógica social dominante, baseada na procura de possibilidades de individuação (que não significa necessariamente individualismo), que define, a um tempo, as virtudes e os riscos das cidades actuais.

Nestas diferentes possibilidades de apropriação do espaço, o ponto de vista dos autores baseia-se na defesa do argumento de que a análise da lógica de apropriação não se confina à análise do que o processo tem de reproduzir. A hipótese que procura confirmar este argumento postula que a lógica de apropriação dos espaços usufrui de uma autonomia substancial relativamente à lógica de produção desses espaços (aspecto que foi objecto dos trabalhos anteriores dos autores, nomeadamente «La ville — phénomène économique», de Jean Remy, editado pela *Vie Ouvrière* em 1966). O que esta hipótese pretende alcançar é a compreensão do modo como as possibilidades objectivas de um grupo social são convertidas em esperanças subjectivas, originando, assim, configurações de sentido onde se fundam projectos sociais

que encaram o espaço já estruturado como um recurso a que as diferentes posições sociais reagem de maneira oposta. Neste sentido, a nova definição de cidade, sublinhando quanto o processo de urbanização multiplica as disparidades das sociedades capitalistas, propõe, no entanto, uma aceitação do conflito no seio da vida urbana e combate as correntes que apostam em determinados modelos de morfologia do habitat com vista à eliminação do conflito. Porém, a experiência do conflito que a cidade proporciona não é a de um conflito entre posições sociais antagónicas. É, sim, um conflito baseado em reivindicações de participação nas dinâmicas socialmente valorizadas trazidas pela urbanização e que se caracterizam por um certo grau de transversalidade relativamente aos grupos sociais que emergem da vida económica. Na sua nova definição, a cidade estende o conflito para lá do sector mercantil e aproxima-se da experiência da diversidade e da fragmentação das identidades que são apanágio da sociedade de massas.

Paulo Peixoto